

*Reunião da Assembleia Intermunicipal
9 de dezembro de 2024
Ata n.º 4*

Na sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida por António Maria dos Santos Sousa, ladeado pela Vice-Presidente, Eva Catarina Nunes Pereira de Pinho Barreira de Lemos e pelo Secretário, Hermínio Pedro Marques Martins.

Estiveram presentes os seguintes Membros:

Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos; Gabriel Duarte Pires; José Carlos Raposo Marques Vidal; Luis Miguel Marques Vidal de Oliveira; Pedro Jorge Rebelo Tavares; Rui Pedro Figueiredo Marques; Arménio Henrique Oliveira Martins Silva; Nuno Ricardo Costa Portovedo; João José Rodrigues Gaspar; Fernando Augusto Rodrigues Barbosa; Luís Manuel Souto de Miranda; Pedro Machado Pires da Rosa; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Sara Sandra Resende Tavares; Casimiro Simões Calafate; José Augusto da Luz Matos; Diamantino Alberto Garrido Correia; Bruno Vilhena Pires; Pedro Miguel Cristo Graça; António Pedro Oliveira Martins; Elisabete Figueiredo Soares; André de Campos Silvestre Fevereiro Chambel; Carlos Manuel Ferreira Ferreira; Francisco José de Oliveira Martins; Álvaro Miguel Ferreira Ferreira; Sérgio Daniel Santos Morais; Emanuel José Bandeira Lopes; Frederico André de Campos Sousa Lemos; David Faria Pereira Oliveira; Renata Liliana da Costa Marques; António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro; Juan Carlos Ferreira Martins; Victor Fernando Santos Neto; Óscar Lopes Francisco; Nuno Roberto Rodrigues de Moura.

Estiveram ausentes os seguintes Membros:

Victor Manuel Santiago Tavares; Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno; Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Basto; Ana Raquel Gomes São Marcos Simões (*justificou*); André Filipe Casqueira Guimarães; Manuel de Oliveira Reis; Maria da Graça de Abreu Freire Valente e Silva (*justificou*); Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva (*justificou*).

Os Membros Humberto José Tavares Moreira, Ricardo Jorge Lopes Fernandes, estando ausentes, pediram substituição.

O Presidente da Mesa iniciou a sessão informando que se encontra presente o Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, Jorge Almeida, em substituição do Presidente Joaquim Baptista, ausente por razões de saúde, passando à leitura da convocatória e da respetiva Ordem de Trabalhos:

A - Apreciação e votação das atas das sessões anteriores;

B - Expediente e informações;

C - Período Antes da Ordem do Dia;

D - Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ponto 2 - Apreciação e Votação do Plano e Orçamento 2025, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Mapa de Pessoal de 2025.

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

A - Apreciação e votação das atas das sessões anteriores

- Ata nº 1/2024, de 29 de abril

Não houve pedidos para usar da palavra.

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação a Ata nº 1/2024, de 29 de abril, com o seguinte resultado:

Ata nº 1/2024, de 29 de abril, aprovada por unanimidade pelos Membros presentes na referida reunião.

- Ata nº 2/2024, de 30 de julho

Não houve pedidos para usar da palavra.

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação a Ata nº 2/2024, de 30 de julho, com o seguinte resultado:

Ata nº 2/2024, de 30 de julho, aprovada por unanimidade pelos Membros presentes na referida reunião.

- Ata nº 3/2024, de 30 de setembro

Não houve pedidos para usar da palavra.

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação a Ata nº 3/2024, de 30 de setembro, com o seguinte resultado:

Ata nº 3/2024, de 30 de setembro, aprovada por unanimidade pelos Membros presentes na referida reunião.

B - Expediente e informações

O Presidente da Mesa deu conhecimento da receção do ofício nº 2697/2024, da Inspeção-Geral de Finanças - Autoridade de Auditoria, recebido a 22 de julho de 2024, a informar que irá iniciar brevemente uma auditoria à Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, tendo por objetivo principal o controlo do cumprimento da legalidade no que respeita, nomeadamente, ao funcionamento dos órgãos, informação financeira e orçamental e contratação pública.

O Presidente da Mesa informou que foi distribuída, junto com a folha de registo de presenças, uma declaração relativa à política de proteção de dados, no âmbito das medidas que estão a ser implementadas na CIRA, solicitando o respetivo preenchimento.

C - Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Matos (Estarreja) manifestou uma nota de pesar pelo colega desta Assembleia que faleceu recentemente, José Alcides, da Assembleia Municipal da Murtosa, um dos membros mais antigos e com um longo percurso autárquico, numa evocação à memória dele. Relativamente à última sessão considera que o tema dos incêndios rurais é um tema importante e porventura seria necessário mais tempo para a discussão. Referiu ter ficado surpreendido com a proposta do Bloco de Esquerda para que a CIRA cancelasse o contrato com a Busway, com a argumentação de uma sanção à empresa israelita, considerando ser inacreditável um partido

político avançar com uma proposta destas, sem ter em consideração as consequências dessa decisão e o facto da empresa ser alheia ao conflito militar.

Fernando Barbosa (Anadia) recordou que ao longo das discussões relativas às ULS - Unidades Locais de Saúde houve, desde logo, intervenções a questionar a eventual obrigatoriedade das populações próximas de Coimbra recorrerem à ULS da Região de Aveiro, pese embora a ligação histórica com Coimbra. Referiu que desde 1 de janeiro 2024 se tem estado na expectativa, sendo que Ovar resolveu o seu problema e ficaram ligados à ULS de Entre Douro e Vouga. Informou que a ULS de Coimbra não está a receber todos os doentes que assim o pretendam e que só o fazem quando a ULS da Região de Aveiro não tem a especialidade ou quando existem episódios de tratamento anteriores. Recordou que o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 102/2023 prevê a livre escolha do doente e que o financiamento seria imputado à respetiva ULS, colocando o problema à consideração do Conselho Intermunicipal.

António Monteiro (Sever do Vouga) entende que o principal desafio da CIRA é assegurar a coesão dos diferentes municípios e um dos exemplos é na área da saúde, com o desafio do novo hospital e a ligação deste à Universidade de Aveiro. Referiu que outro dos aspetos fundamentais para a coesão da região é a política de mobilidade, que sem um bom serviço público de transporte rodoviário de pouco servirá e, nesta matéria, teremos sempre a questão do financiamento do sistema, em comparação com a distribuição das verbas de Lisboa, com uma diferente valorização. Entende que a operação Busway, neste primeiro ano, levanta alguns desafios e que será importante a avaliação à empresa, questionando se estão previstos inquéritos à população, para averiguar o serviço prestado, quer dos percursos, quer da cadência dos respetivos autocarros, quer das taxas de ocupação. Questionou ainda o ponto de situação relativamente ao CIROA, qual o dimensionamento e qual a estratégia.

Arménio Silva (Albergaria-a-Velha) questionou se a CIRA pode acionar um plano global para habitação, dirigido à classe média, de custos intermédios, uma vez que os construtores estão a direccionar-se para a habitação de luxo.

O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, Jorge Almeida referiu que o tema dos incêndios é muito relevante para a nossa região, que estamos cientes do caminho a trilhar,



recordando que o nosso território é vasto, com uma enorme mancha florestal, perspetivando um novo ciclo de intervenção programada e sustentada, com um planeamento mais atempado.

Relativamente à Saúde, entende que nada se alterou significativamente, uma vez que a referência já era feita e a lei protege a escolha do utente. É importante a discussão sobre estas matérias para percebermos o que queremos enquanto região e para o reforço da coesão territorial. Referiu que a criação do curso de medicina em Aveiro abre horizontes e reforçará a capacitação de todo o nosso centro hospitalar, recordando que a localização entre Porto e Coimbra prejudica esta região e que será necessário ter coragem e determinação para que a ULS da Região de Aveiro cresça e preste cuidados de saúde diferenciados.

Sobre o CIROA - Centro Intermunicipal de Recolha Oficial de Animais da Região de Aveiro, o Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, Jorge Almeida referiu que com a recente legislação percebeu-se que seria necessária uma nova forma de olhar para o problema, através de soluções integradas, com mais valências, para depois se harmonizar vontades e se conseguir financiamento.

Relativamente à habitação, concordou que é um tema quente em todos os nossos municípios, um problema multifacetado e que o mercado está a funcionar, por isso conseguem-se vender as casas de gama alta. Entende que é preciso cuidar da reabilitação urbana, uma vez que ainda há muito para reabilitar nos centros das cidades e informou que todos os municípios têm Estratégias Locais de Habitação.

D - Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, Jorge Almeida destacou a continuidade da “Polis Litoral Ria de Aveiro”, agora “RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, S.A.”, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, representante da CIM Região de Aveiro nesta entidade que desse nota dos desenvolvimentos. José Ribau Esteves referiu que acabou o calvário para se conseguir a transição, uma vez que a empresa é a mesma, com uma alteração estatutária para o processo de recapitalização exigido, conseguindo-se o acordo ainda

com governo anterior, e dar viabilidade à empresa, incluindo-a na lei do Orçamento de Estado de 2024. Recordou que este é um exercício único à escala do país, com noventa milhões de euros de investimento, com um contributo maioritário de fundos comunitários, já com uma pré negociação. O acionista maioritário continuará a ser o Estado, representado pelo Governo/Ministério do Ambiente, mais os nossos onze municípios, com a justaposição da área de incidência da empresa com a área da CIM Região de Aveiro. Este será mais um instrumento para prosseguirmos com operações de qualificação e valorização da Ria de Aveiro, integrando também operações de defesa costeira, e intervenções nos rios, recordando que a obra que já está pronta para passar a concurso é o desassoreamento da Pateira.

O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, Jorge Almeida destacou o primeiro ano de operação da Busway, com uma empresa nova a intervir numa operação complexa, em que se compreende algumas dificuldades iniciais e em que ajudámos a resolver alguns dos problemas. Considerou o balanço francamente positivo, com um reforço claro dos autocarros em circulação, havendo agora todo um trabalho para tornar o serviço mais apetecível aos cidadãos, entendendo que este é o caminho, com números interessantes nesta fase. Recordou que a Busway vai trabalhar também com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Inscreveram-se para usar da palavra:

António Monteiro (Sever do Vouga) considerou importante para a coesão da região a nova empresa RiaViva, que funcionará como um braço armado na região, com o alargamento à costa e aos rios, áreas fundamentais em termos de sustentabilidade e ambiente, e com a evolução de chegar a todos os municípios da região. Deixou o desafio que se melhore a coesão regional, à semelhança do que aconteceu com uma Autoridade Regional de Transportes, agora na área do ambiente, com a RiaViva, uma entidade com atividade especializada.

José Matos (Estarreja) referiu que já é possível fazer um balanço do serviço da Busway e que esse balanço é positivo, recordando que houve partidos contra a concessão e que o início da operação foi complicado, com muitas queixas, gerando preocupações. Considera que neste momento os números são interessantes e demonstram que era algo fundamental para a região, uma aposta importante e uma aposta ganha, apesar das resistências iniciais e da desconfiança.

Casimiro Calafate (Aveiro) destacou a contínua perseverança da CIRA num dos problemas mais graves que a região tem, que é a salinização dos terrenos. Considera que o problema está a montante e que a CIRA deve continuar com o projeto do Vouga, que não se cinge a Aveiro, Albergaria-a-Velha e a Estarreja. Entende que é importante que se faça ordenamento do território, se queremos que os jovens venham para a agricultura e que se tem de dar dimensão aos terrenos, caso contrário ficarão ao abandono, terrenos com enorme potencialidade.

Pedro Martins (Ílhavo) referiu que a operação da Busway não está ainda em velocidade cruzado, tendo iniciado com algumas debilidades, não se pondo em causa a necessidade da operação para a região de Aveiro, recordando que ainda há queixas, embora mais diluídas, e questionou se algumas das ineficiências não resultarão de lacunas do Caderno de Encargos, designadamente relacionadas com as linhas, os percursos e os horários, que não terão sido devidamente acautelados, face à pouca experiência dos municípios nesta matéria. Questionou se as ineficiências iniciais estão ultrapassadas e se a CIRA é municiada com informação para permitir perceber se a operação está a funcionar bem ou não, uma vez que não elencaram as deficiências e as dificuldades, há linhas que terão de ser reforçadas e os números apresentados como sucesso são relativos. Referiu ainda que a questão do transporte é essencial para a questão da habitação, sendo que um sistema de transporte coletivo é vital para assegurar uma boa mobilidade e transporte com qualidade, a preços atrativos.

David Oliveira (Ovar) questionou se estão contemplados alguns cais do Município de Ovar na intervenção de desassoreamento de 17 cais na Ria de Aveiro. Questionou o que está previsto, com a aprovação formal da RiaViva, e no quadro de investimentos de noventa milhões de euros, para o Município de Ovar, designadamente para as zonas mais críticas de Cortegaça, Furadouro e para a Barrinha de Esmoriz.

O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, Jorge Almeida referiu que a operação RiaViva irá agora avançar com o orçamento e plano para 2025, recordando a novidade da integração dos rios e da defesa da orla costeira. Relativamente ao desassoreamento dos cais, informou que Ovar está contemplado.

Relativamente à operação da Busway, o Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal Jorge Almeida recordou todo o processo que levou à adjudicação a esta empresa, designadamente o concurso público que ficou deserto e a construção dos cadernos de encargos. No início da operação, percebeu-se que as anteriores empresas fizeram vários ajustamentos que não estavam replicados nas licenças e nos itinerários atribuídos. Referiu que a CIRA é uma Autoridade Regional de Transportes e tem um serviço próprio que monitoriza todo o serviço, tendo os problemas vindo a ser resolvidos. Considera que para os percursos inter-regionais a tipologia de autocarro estará de acordo com os percursos e recordou que para os percursos serranos, passámos a ter autocarros mais pequenos, mais cómodos e mais funcionais. Salientou ainda a melhoria na qualidade dos autocarros face ao existente, antes desta concessão, e considerou que o balanço, ao fim deste primeiro ano, tem de ser anunciado com algum entusiasmo por parte da CIRA, reconhecendo que há sempre matérias a melhorar.

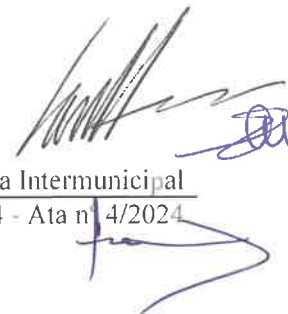
Sobre a salinização dos terrenos, referiu que as obras do Baixo Vouga Lagunar combatem esse avanço e protegem os terrenos agrícolas.

Tomado conhecimento da Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ponto 2 - Apreciação e Votação do Plano e Orçamento 2025, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Mapa de Pessoal de 2025.

O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, Jorge Almeida considerou que se atingiu um estado de maturidade de um conjunto de projetos, que conjugados a outros projetos já em andamento permitiu alcançar um valor recorde de orçamento de 46 milhões de euros, onde se destacam as obras do Baixo Vouga Lagunar. Solicitou ao Secretário Executivo Intermunicipal que pormenorizasse algumas opções orçamentais.

O Secretário Executivo Intermunicipal, José Eduardo de Matos referiu que os projetos de incidência ambiental, designadamente o Baixo Vouga Lagunar, representam cinquenta e cinco por cento do orçamento de 2025. Recordou que os exercícios orçamentais comportam uma margem de fé nos financiamentos, que são críticos neste tipo de projetos. Destacou também



a Autoridade Regional de Transportes, com um peso orçamental relevante, de seis milhões de euros, num exercício de delegação de competências. Informou ainda que este orçamento já prevê dois milhões de euros para a RiaViva.

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Matos (Estarreja) questionou qual a adesão ao projeto BUPi, quando já se fala do BUPi II, o que é o Projeto NEMO e o Centro Portugal Film Comissão, e o que está previsto no Plano de Gestão de Riscos e Inundações.

Miguel Oliveira (Águeda) questionou o ponto de situação do BUPi e do EVEF - Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da AdRA - Águas da Região de Aveiro, um assunto de elevada importância para a região. Referiu que a concessão da Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga vai expirar em 2026, questionando o que está em preparação e qual a estratégia que defenda os municípios, e sobretudo, os munícipes.

José Vidal (Águeda) referiu que o PAPER - Programa de Apoio a Projetos e Eventos da Região de Aveiro é um projeto que não é alterado há dez anos e que devia ser revisto. Sobre a floresta, instou os autarcas a não plantar nem mais um eucalipto nos terrenos municipais. Sobre a Prova de Abertura Região de Aveiro, questionou quanto custa a participação da CIRA, num evento que considera que não interessa a ninguém e é mais do mesmo, repetido anualmente, e propôs substituir por um ciclismo de massas, tipo cicloturismo.

O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, Jorge Almeida considerou que será muito difícil atingir o objetivo final do BUPi, apesar da muita adesão, mas faltam os mais problemáticos. Sobre o Plano de Gestão de Riscos de Inundações informou a redução da área inundável e a existências de cartas e projetos nesta matéria.

Relativamente ao EVEF da AdRA referiu que o processo abrandou com este Governo, está-se a tentar outro enquadramento, considerando que capital social está mal distribuído. Concorde que o valor do PAPER podia ser superior, mas recordou que se trata de um extra. Informou que a Prova de Abertura da Região de Aveiro tem um custo de vinte e cinco mil euros, visando a promoção do território, o que não invalida outros projetos como os que foram propostos.

Sobre a floresta, o Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, Jorge Almeida referiu que será necessário um trabalho mais integrado, com as populações, através de projetos-piloto, percebendo o simbolismo da proposta, mas reconhece que a floresta de eucalipto não vai desaparecer e que se tem de cuidar dela com projetos comuns. Recordou que as questões da propriedade não estão resolvidas e serão necessários outros tipos de instrumentos para se poder intervir.

O Presidente da Mesa colocou à votação o segundo ponto da Ordem de Trabalhos, com os seguintes resultados:

Plano e Orçamento 2025, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Mapa de Pessoal de 2025, aprovado por maioria, com sete abstenções, dos membros Diamantino Alberto Garrido Correia, Bruno Vilhena Pires, António Pedro Oliveira Martins, José Carlos Raposo Marques Vidal, Renata Liliana da Costa Marques, David Faria Pereira Oliveira e Fernando Augusto Rodrigues Barbosa.

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, Jorge Almeida referiu que se aumentou o valor da contribuição anual em cinquenta cêntimos por eleitor, para um euro e cinquenta cêntimos, alterando um valor que vigorava há dezasseis anos.

Não houve pedidos de inscrição para usar da palavra.

O Presidente da Mesa colocou à votação o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, com os seguintes resultados:

Contribuição Anual dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, aprovada por unanimidade.

Para efeitos de execução imediata, foram aprovadas por unanimidade, as deliberações em minuta.


Não havendo outros assuntos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa.



Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
António Maria dos Santos Sousa



Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Eva Catarina Nunes Pereira de Pinho Barreira de Lemos



Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Hermínio Pedro Marques Martins